

Of. nº 978/GP.

Paço dos Açorianos, 31 de outubro de 2011.

Senhora Presidente:

Submeto à apreciação de Vossa Excelência e seus dignos Pares o presente Projeto de Lei que “Cria 2 (duas) Funções Gratificadas que passam a integrar a letra c do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores”.

A criação das Funções Gratificadas de Responsável por Turno (1.1.1.3) visa qualificar o atendimento prestado pela Gerência de Atendimento ao Cidadão – 156, da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMCPGL), considerando que em 2011 houve a unificação dos serviços públicos municipais através do atendimento ao telefone pelo número 156.

Diante disso, foram estabelecidas algumas modificações de padrões de atendimento, dentre as quais a extensão do horário do Serviço de Atendimento ao Cidadão – 156, que passou a funcionar das 7h até 23h, de segunda a segunda-feira, portanto incluindo sábados, domingos e feriados.

Portanto, a qualificação do Serviço 156 passou também por diversas ações, tais como a contratação de novos assistentes administrativos em substituição aos estagiários, atualização do parque de equipamentos, implementação de novas tecnologias como o uso de mapas situacionais, “smartphone” para equipes de campo entre outras.

A Sua Excelência, a Vereadora Sofia Cavedon,
Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

São essas, Senhora Presidente, as razões que me levam a propor o presente Projeto de Lei, esperando a análise criteriosa dessa Casa e, ao final, sua aprovação.

Atenciosas saudações,

José Fortunati,
Prefeito.

PROJETO DE LEI Nº 044 /11.

Cria 2 (duas) Funções Gratificadas que passam a integrar a letra c do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988.

Art. 1º Ficam criadas 2 (duas) Funções Gratificadas de Responsável por Turno (1.1.1.3), que passam a integrar a letra c do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, na Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMCPGL).

Art. 2º A alteração estrutural da SMCPGL decorrente desta Lei será regulamentada por meio de decreto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 31 de outubro de 2011.

José Fortunati,
Prefeito.